



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/07/2016

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. JUÍZES.....	2
3. JORNAL EXTRA	
3.1. DECISÕES.....	3 - 4
3.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	5
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CEMULHER.....	6
4.2. DECISÕES.....	7 - 10
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. CEMULHER.....	11
5.2. DECISÕES.....	12
5.3. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	13
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. DECISÕES.....	14 - 15
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CEMULHER.....	16
7.2. COMARCAS.....	17 - 18
7.3. DECISÕES.....	19 - 21
7.4. DESEMBARGADOR.....	22
7.5. PRESIDÊNCIA.....	23 - 24

O governador Flávio Dino e o vice Carlos Brandão, estão de viagem marcada para fora do país. O problema é que o presidente da AL, Humberto Coutinho, não pode assumir. Tem irmão disputando prefeitura no interior.

*

A vaga ficaria para o presidente do TJ, desembargador Cleones Cunha, também impedido, já que é irmão do Cleomar Tema, prefeito de Tuntum, que vai para a reeleição.

*

Dois pesos...

Ainda repercute muito nos meios jurídicos a campanha que advogados têm feito contra a redução de valores de danos morais na Turma Recursal de São Luís.

Na semana passada, surgiu uma série de decisões mostrando que R\$ 150 tem sido uma espécie de valor padrão em casos envolvendo consumidores lesados.

Ontem, uma novidade: juízas que atuam na Turma Recursal já receberam valores altos quando acionaram a Justiça por também se sentir lesadas como consumidoras.

Decisão da Justiça garante ao Governo a retomada do Parque Independência

Os maranhenses foram beneficiados, nesta terça-feira (19), com a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre a destinação do Parque Independência. O local será utilizado pelo Governo do Estado para construir habitações do Programa 'Minha Casa, Meu Maranhão'. O Governo já tinha notificado, em março, a Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (Ascem) para desocupar o local, mas a Ascem tentou permanecer na área com ação junto ao Tribunal de Justiça. Nesta terça-feira, o TJMA negou o pedido.

O Parque Independência é uma propriedade de domínio do Governo do Estado e foi cedido para a Ascem há alguns anos. Contudo, o contrato estava cheio de vícios e irregularidades que foram detectados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), além da intenção do Governo do Estado em retomar a área para usar com finalidades de interesse público. Ao analisar a questão, o desembargador Guerreiro Júnior considerou pertinente as motivações do Estado e negou o pedido da Ascem.

Para evitar transtornos à Ascem, o Governo chegou a notificar a entidade em março com prazo de 30 dias para desocupação, mas a associação nunca apresentou nenhuma

resposta à notificação. "Até que fomos surpreendidos com um mandato de segurança com trato do governador, alegando que ele estaria violando o direito da Associação de permanecer no local. O desembargador deu oportunidade para a Procuradoria se manifestar e nós fizemos a contestação alegando que o contrato é precário e que havia vícios. Hoje o desembargador acolheu nossos argumentos", explicou o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

O procurador-geral explicou que ainda que o Governo do Estado reconheça a importância da Ascem e que o Parque Independência abrigue, uma vez ao ano, um evento de impacto como a Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), a área deverá ser melhor aproveitada ao garantir moradia digna a mais de 2 mil famílias maranhense.

"Mais uma vez estamos retomando um espaço público, de domínio do Estado, que vai ser utilizado para finalidades que atendam com mais ênfase e amplitude os interesses públicos. Nada contra a Associação, mas era um espaço que ficava praticamente ocioso o ano todo, usado uma vez por ano no período de alguns dias, que o Estado agora dará uma finalidade mais condizente", informou Rodrigo Maia.

Minha Casa, Meu Maranhão

O Governo do Maranhão já lançou, no início do mês de julho, o edital de Chamamento Público nº 01/2016 para pré-qualificação de empresas do ramo de construção civil, que deverão apresentar proposta para construção de 2.048 unidades habitacionais para servidores públicos do Estado do Maranhão, no Parque Independência. O edital prevê a construção de oito condomínios independentes com 256 moradias cada, sendo cinco condomínios com apartamentos de 51m² e três con-

domínios com apartamentos de 65m².

O programa 'Minha Casa, Meu Maranhão' é um plano de habitação com foco nas áreas rurais dos municípios do interior do estado e já contempla dez cidades. No total, são mil famílias – aproximadamente 3,8 mil pessoas – beneficiadas. Outro foco do programa é a garantia de condições para o servidor público adquirir a casa própria, sendo o maior programa habitacional em benefício do servidor público do Maranhão.

Justiça determina que UEMA matricule aluna classificada no PAES 2016

Em sentença assinada no último dia 14, o juiz Manoel Matos de Araújo Chaves, titular do Juizado Especial da Fazenda Pública, determina à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA que matricule, no curso de Geografia Bacharelado, I.M.D.M., "classificada em 19ª posição para o 2º semestre/2016 no Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES 2016), mediante a apresentação, pela candidata, de toda a documentação exigida, aplicável ao caso concreto".

A sentença atende Ação Ordinária com Pedido de Tutela Provisória de Urgência interposta pela autora em desfavor da UEMA. Segundo a ação, I.M.D.M. não conse-

guiu apresentar no período estabelecido para a matrícula - de 13 a 17 de junho de 2016 - o diploma e o histórico escolar exigidos pela Universidade. Ainda segundo a ação, o problema se deu porque o estabelecimento de ensino onde a autora concluiu o ensino médio alegou não poder expedir os documentos "devido a um erro de grafia no nome da mãe da autora na certidão de nascimento da mesma (autora), estando à espera da conclusão do processo de retificação. cujo resultado (retificação)". Ressalta a ação que o resultado "saiu somente após a data da matrícula, e somente agora a Suplicante conta com a documentação correta".

A ação ressalta ainda as

dificuldades enfrentadas pela autora, aluna de escola pública, "para concorrer a tão disputadas vagas das instituições públicas de ensino superior do Estado".

DIREITO DA AUTORA - Em suas fundamentações, o magistrado afirma que encontram-se presentes no caso "os elementos jurídicos suficientes ao convencimento deste Juízo acerca das alegações finais e, por consequência, ao deferimento da tutela antecipada requerida". Para o juiz, a prova inequívoca do direito da autora "encontra-se materializada" pela relação de classificados para o curso na qual a solicitante "figura como 19ª classificada para o 2º semestre de 2016, com média 701,22; pela declaração da ins-

tituição de ensino onde a autora concluiu o ensino médio, datada de 04 de julho último, onde consta que I.M.D.M. recebeu o Diploma e o Histórico Escolar no dia 22 de junho de 2016 devido à espera da retificação da certidão de nascimento, além da certidão retificada expedida em 04 de julho de 2016 a qual apresenta averbação para a alteração do nome da mãe da autora.

De acordo com o juiz, a UEMA somente estará autorizada a não cumprir a obrigação de fazer deferida (matricular a autora) no caso da autora "não cumprir outra exigência legal para a matrícula diversa da não apresentação do certificado de conclusão do ensino médio e do histórico escolar".

Semana da mulher

Será aberta, oficialmente, hoje, às 9h, no hall do Fórum Des. Sarney Costa, a I Semana Estadual de Valorização da Mulher, organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão. No momento, será apresentado o muro de bonecas - uma representação da diversidade da mulher no mundo - doadas por diversas pessoas e que serão entregues a instituições sociais após o evento.

DIVULGAÇÃO



Justiça | Área da Expoema pertence ao Estado

VIDA

Parque Independência continua com o estado

Decisão da Justiça garante ao governo do estado a retomada do Parque Independência, que estava cedido para a Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (Ascem)



Procurador-geral do estado, Rodrigo Maia, frisou que a desocupação da área atende ao interesse público



Os maranhenses foram beneficiados, ontem, com a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre a destinação do Parque Independência. O local será utilizado pelo governo do estado para construir habitações do Programa 'Minha Casa, Meu Maranhão'. O governo já tinha notificado, em março, a Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (Ascem) para desocupar o local, mas a Ascem tentou permanecer na área com ação junto ao Tribunal de Justiça. Ontem, o TJMA negou o pedido. O Parque Independência é uma propriedade de domínio do governo do estado e foi cedido para a Ascem há alguns anos. Contudo, o contrato estava cheio de vícios e irregularidades que foram detectados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), além da intenção do governo do estado em retomar a área para usar com finalidades de interesse público. Ao analisar a questão, o desembargador Guerreiro Júnior considerou pertinentes as motivações do Estado e negou o pedido da Ascem.

Para evitar transtornos à Ascem, o governo chegou a notificar a entidade em março com prazo de 30 dias para desocupação, mas a associação nunca apresentou nenhuma resposta à notificação. "Até que fomos surpreendidos com um mandato de segurança com trato do governador, alegando que ele estaria violando o direito da Associação de permanecer no local. O desembargador deu



O desembargador deu oportunidade para a Procuradoria se manifestar e nós fizemos a contestação alegando que o contrato é precário e que havia vícios. Hoje o desembargador acolheu nossos argumentos

Rodrigo Maia,
procurador-geral do
Estado

oportunidade para a Procuradoria se manifestar e nós fizemos a contestação alegando que o contrato é precário e que havia vícios. Hoje o desembargador acolheu nossos argumentos", explicou o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

O procurador-geral explicou ainda que embora o governo do estado reconheça a importância da Ascem e que o Parque Independência abrigue, uma vez ao ano, um evento de impacto como a Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), a área deverá ser melhor aproveitada ao garantir moradia digna a mais de 2 mil famílias maranhense. "Mais uma vez estamos retomando um espaço público, de domínio do Estado, que vai ser utilizado para finalidades que atendam com mais ênfase e amplitude os interesses públicos. Nada contra a Associação, mas era um espaço que ficava praticamente ocioso o ano todo, usado uma vez por ano no período de alguns dias, que o Estado agora dará uma finalidade mais condizente", informou Rodrigo Maia.

ENTENDA O CASO

Um grupo de empresários ligados ao Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon) entrou com uma ação de impugnação na última sexta-feira (15), na Comissão de Licitação da Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid), o edital de Chamamento Público 001/2016 para seleção da empresa que irá construir 2 mil e 48 unidades habitacionais no Parque

Independência, onde se realizava a Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema). O grupo também apresentou denúncia no Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) para que a corte analisasse o edital.

De acordo com a reclamação, assinada pela Geral Engenharia e Serviços Ltda., o chamamento público deveria ser para juntar possíveis licitantes para que pudessem oferecer sugestões ao

projeto, conforme a Lei Federal 8.666/93, que em seu artigo 43 diz também que uma obra desse porte não pode ser licitada sem que haja uma audiência pública com pelo menos 15 dias de antecedência da publicação do edital, o que não está ocorrendo, pois o anúncio do edital foi feito no dia 30 de junho, o edital, publicado dia 6 de julho, e a abertura dos envelopes está marcada para dia 5 de agosto.



Mais uma vez estamos retomando um espaço público, de domínio do Estado, que vai ser utilizado para finalidades que atendam com mais ênfase e amplitude os interesses públicos

Rodrigo Maia, procurador-geral do Estado

MINHA CASA, MEU MARANHÃO

O governo do Maranhão já lançou, no início do mês de julho, o edital de Chamamento Público nº 01/2016 para pré-qualificação de empresas do ramo de construção civil, que deverão apresentar proposta para construção de 2.048 unidades habitacionais para servidores públicos do estado do Maranhão, no Parque Independência. O edital prevê a construção de oito condomínios independentes com 256 moradias cada, sendo cinco condomínios com apartamentos de 51m² e três condomínios com apartamentos de 65m². O programa 'Minha Casa, Meu Maranhão' é um plano de habitação com foco nas áreas rurais dos municípios do interior do estado e já contempla dez cidades. No total, são mil famílias – aproximadamente 3,8 mil pessoas – beneficiadas. Outro foco do programa é a garantia de condições para o servidor público adquirir a casa própria, sendo o maior programa habitacional em benefício do servidor público do Maranhão.

Semana de Valorização da Mulher começa hoje

Com o apoio da Escola da Magistratura do Estado do Maranhão, Corregedoria de Justiça do Maranhão, Ministério Público do Maranhão, Defensoria Pública do Maranhão, OAB/MA - Subseção de Imperatriz e Ministério Público do Trabalho, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, através da Coordenação Estadual da Mulher e a Colaboração do CRAM, abrirá hoje a Semana de Valorização da Mulher em Imperatriz.

De acordo com a juíza Lucrécia Sodré, a programação da semana é a seguinte:

20/07- Palestra de Rosângela Sales, empresária que foi capa da revista Veja de 22/06/2016 sobre Dignidade Sexual.

A palestra será às 17h, no auditório da OAB, com entrada franca a todos.

21/07- Dia da Mulher encarcerada, cuja programação será iniciada às 9h onde será proferida palestra sobre Violência contra a Mulher pela representante do Fórum de Mulheres de Imperatriz, Conceição Amorim

Será ainda promovido em 20/06 o Dia da Beleza, com corte de cabelo e limpeza de pele promovido com a colaboração do SENAC de Imperatriz. Seguindo-se com palestras sobre saúde e educação, bem como sessão de cinema e roda de discussão. Na sessão de cinema será apresentado o filme Os Dez Mandamentos

UPR DE DAVINOPOLIS - 16 internas

Dia 20.07

- Dia da beleza: Corte de cabelo e limpeza de pele - SENAC

Dia 21.07

- Palestra sobre a saúde e educação;

- Sessão cinema: Filme Os Dez Mandamentos com roda de discussão sobre o Filme.

22/07: Ação de divulgação e orientação, com entrega de materiais informativos a respeito da Lei Maria da Penha e violência doméstica e Familiar contra a Mulher, no shopping Imperial.

25/07: Cine Debate com a exibição do filme "As sufragistas", seguido com roda de debates

Cine debate - Filme "As sufragistas"

Horário: 16h

Local: Auditório do Anexo do Fórum

Além do exposto, está sendo planejada a realização de um painel artístico para chamar a atenção da sociedade maranhense sobre a problemática da cultura do estupro, no Fórum de Imperatriz, e a criação do "Muro das Bonecas", a exemplo de um movimento de Valorização da Mulher, ocorrido em Milão, momento em que a sociedade será convidada a representar as mulheres vitimadas em seus direitos (seja em sua integridade física, emocional, liberdade sexual, na relação de trabalho, ...), por meio de uma boneca, que será afixada no painel. Ao final do evento, as bonecas serão doadas a instituições de acolhimento de crianças e adolescentes.

Justiça garante ao Governo retomada do Parque de Exposições de São Luís P2c1

Justiça garante ao Governo do Estado retomada do Parque Independência

Gilson Teixeira



Procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, frisou que a desocupação da área atende ao interesse público

Os maranhenses foram beneficiados, nesta terça-feira (19), com a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre a destinação do Parque Independência. O local será utilizado pelo Governo do Estado para construir habitações do Programa 'Minha Casa, Meu Maranhão'. O Governo já tinha notificado, em março, a Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (Ascem) para desocupar o local, mas a Ascem tentou permanecer na área com ação junto ao Tribunal de Justiça. Nesta terça-feira, o TJMA negou o pedido.

O Parque Independência é

uma propriedade de domínio do Governo do Estado e foi cedido para a Ascem há alguns anos. Contudo, o contrato estava cheio de vícios e irregularidades que foram detectados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), além da intenção do Governo do Estado em retomar a área para usar com finalidades de interesse público. Ao analisar a questão, o desembargador Guerreiro Júnior considerou pertinente as motivações do Estado e negou o pedido da Ascem.

Para evitar transtornos à Ascem, o Governo chegou a notificar a entidade em mar-

ço com prazo de 30 dias para desocupação, mas a associação nunca apresentou nenhuma resposta à notificação. "Até que fomos surpreendidos com um mandato de segurança com trato do governador, alegando que ele estaria violando o direito da Associação de permanecer no local. O desembargador deu oportunidade para a Procuradoria se manifestar e nós fizemos a contestação alegando que o contrato é precário e que havia vícios. Hoje o desembargador acolheu nossos argumentos", explicou o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

O procurador-geral explicou que ainda que o Governo do Estado reconheça a importância da Ascem e que o Parque Independência abrigue, uma vez ao ano, um evento de impacto como a Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), a área deverá ser melhor aproveitada ao garantir moradia digna a mais de 2 mil famílias maranhense.

"Mais uma vez estamos retomando um espaço público, de domínio do Estado, que vai ser utilizado para finalidades que atendam com mais ênfase e amplitude os interesses públicos. Nada contra a Associação, mas era um espaço que ficava praticamente ocioso o

ano todo, usado uma vez por ano no período de alguns dias, que o Estado agora dará uma finalidade mais condizente", informou Rodrigo Maia.

Minha Casa, Meu Maranhão - O Governo do Maranhão já lançou, no início do mês de julho, o edital de Chamamento Público nº 01/2016 para pré-qualificação de empresas do ramo de construção civil, que deverão apresentar proposta para construção de 2.048 unidades habitacionais para servidores públicos do Estado do Maranhão, no Parque Independência. O edital prevê a construção de oito condomínios independentes com 256 moradias cada, sendo cinco condomínios com apartamentos de 51m² e três condomínios com apartamentos de 65m².

O programa 'Minha Casa, Meu Maranhão' é um plano de habitação com foco nas áreas rurais dos municípios do interior do estado e já contempla dez cidades. No total, são mil famílias - aproximadamente 3,8 mil pessoas - beneficiadas. Outro foco do programa é a garantia de condições para o servidor público adquirir a casa própria, sendo o maior programa habitacional em benefício do servidor público do Maranhão. (Mariana Salgado)

Justiça determina que UEMA matricule aluna classificada no PAES 2016

São Luís - Em sentença assinada no último dia 14, o juiz Manoel Matos de Araújo Chaves, titular do Juizado Especial da Fazenda Pública, determina à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA que matricule, no curso de Geografia Bacharelado, I.M.D.M., "classificada em 19ª posição para o 2º semestre/2016 no Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES 2016), mediante a apresentação, pela candidata, de toda a documentação exigida, aplicável ao caso concreto".

A sentença atende Ação Ordinária com Pedido de Tutela Provisória de Urgência interposta pela autora em desfavor da UEMA. Segundo a ação, I.M.D.M. não conseguiu apresentar no período estabelecido para a matrícula - de 13 a 17 de junho de 2016 - o diploma e o histórico escolar exigidos pela Universidade. Ainda segundo a ação, o problema se deu porque o estabelecimento de ensino onde a autora concluiu o ensino médio alegou não poder expedir os documentos "devido a um erro de grafia no nome da mãe da autora na certidão de nascimento da mesma (autora), estando à espera da conclusão do processo de retificação". Ressalta a ação que o resultado "saiu somente após a data da matrícula, e somente agora a Suplicante conta com a documentação correta".

A ação ressalta ainda as dificuldades enfrentadas pela autora, aluna de escola pública, "para concorrer a tão disputadas vagas das instituições públicas de ensino superior do Estado".

Direito da autora - Em suas fundamentações, o magistrado afirma que encontram-se presentes no caso "os elementos jurídicos suficientes ao convencimento deste Juízo acerca da verossimilhança das alegações finais e, por consequência, ao deferimento da tutela antecipada requerida". Para o juiz, a prova inequívoca do direito da autora "encontra-se materializada" pela relação de classificados para o curso na qual a solicitante "figura como 19ª classificada para o 2º semestre de 2016, com média 701,22; pela declaração da instituição de ensino onde a autora concluiu o ensino médio, datada de 04 de julho último, onde consta que I.M.D.M. recebeu o Diploma e o Histórico Escolar no dia 22 de junho de 2016 devido à espera da retificação da certidão de nascimento, além da certidão retificada expedida em 04 de julho de 2016 a qual apresenta averbação para a alteração do nome da mãe da autora.

Nas palavras do magistrado, um erro na certidão de nascimento que impediu a solicitante de receber o Certificado de Conclusão do Ensino Médio em tempo hábil não pode prejudicar o direito da

autora à matrícula no curso de graduação. E continua: "Não se apresenta como razoável e proporcional o Sistema Nacional de Educação impor à autora o ônus decorrente do trâmite judicial do processo de Retificação de Registro Público, quais sejam: perder a oportunidade de se matricular no segundo semestre de 2016 no curso de graduação superior para o qual foi regularmente classificada; esperar o próximo processo seletivo de Acesso à Educação Superior da UEMA para ingressar na educação superior, notadamente em vista da prova de que ela concluiu o Ensino Médio".

De acordo com o juiz, a UEMA somente estará autorizada a não cumprir a obrigação de fazer deferida (matricular a autora) no caso da autora "não cumprir outra exigência legal para a matrícula diversa da não apresentação do certificado de conclusão do ensino médio e do histórico escolar".

"Caso verificada a hipótese estabelecida para o não cumprimento da obrigação de fazer, ficará o magnífico Reitor da UEMA obrigado a informar este Juízo a sua ocorrência, no prazo de 48 horas, a contar da sua intimação", consta da sentença. **(Marta Barros -Asscom CGJ)**

Decisão da Justiça garante ao Governo a retomada do Parque Independência

Os maranhenses foram beneficiados, nesta terça-feira (19), com a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre a destinação do Parque Independência. O local será utilizado pelo Governo do Estado para construir habitações do Programa 'Minha Casa, Meu Maranhão'. **Página 3**

Decisão da Justiça garante ao Governo a retomada do Parque Independência



Procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, frisou que a desocupação da área atende ao interesse público para construção de unidades habitacionais

Os maranhenses foram beneficiados, nesta terça-feira (19), com a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre a destinação do Parque Independência. O local será utilizado pelo Governo do Estado para construir habitações do Programa 'Minha Casa, Meu Maranhão'. O Governo já tinha notificado, em março, a Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (Ascem) para desocupar o local, mas a Ascem tentou permanecer na área com ação junto ao Tribunal de Justiça. Nesta terça-feira, o TJMA negou o pedido.

O Parque Independência é uma propriedade de domínio do Governo do Estado e foi cedido para a Ascem há alguns anos. Contudo, o contrato estava cheio de vícios e irregulari-

dades que foram detectados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), além da intenção do Governo do Estado em retomar a área para usar com finalidades de interesse público. Ao analisar a questão, o desembargador Guerreiro Júnior considerou pertinente as motivações do Estado e negou o pedido da Ascem.

Para evitar transtornos à Ascem, o Governo chegou a notificar a entidade em março com prazo de 30 dias para desocupação, mas a associação nunca apresentou nenhuma resposta à notificação. "Até que fomos surpreendidos com um mandato de segurança com trato do governador, alegando que ele estaria violando o direito da Associação de permanecer no local. O desembargador deu

oportunidade para a Procuradoria se manifestar e nós fizemos a contestação alegando que o contrato é precário e que havia vícios. Hoje o desembargador acolheu nossos argumentos", explicou o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

O procurador-geral explicou que ainda que o Governo do Estado reconheça a importância da Ascem e que o Parque Independência abrigue, uma vez ao ano, um evento de impacto como a Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), a área deverá ser melhor aproveitada ao garantir moradia digna a mais de 2 mil famílias maranhense.

"Mais uma vez estamos retomando um espaço público, de domínio do Estado, que vai ser utilizado para finalidades que aten-

dam com mais ênfase e amplitude os interesses públicos. Nada contra a Associação, mas era um espaço que ficava praticamente ocioso o ano todo, usado uma vez por ano no período de alguns dias, que o Estado agora dará uma finalidade mais condizente", informou Rodrigo Maia.

Minha Casa, Meu Maranhão - O Governo do Maranhão já lançou, no início do mês de julho, o edital de Chamamento Público nº 01/2016 para pré-qualificação de empresas do ramo de construção civil, que deverão apresentar proposta para construção de 2.048 unidades habitacionais para servidores públicos do Estado do Maranhão, no Parque Independência. O edital prevê a construção de oito condomínios independentes com 256 moradias cada, sendo cinco condomínios com apartamentos de 51m² e três condomínios com apartamentos de 65m².

O programa 'Minha Casa, Meu Maranhão' é um plano de habitação com foco nas áreas rurais dos municípios do interior do estado e já contempla dez cidades. No total, são mil famílias – aproximadamente 3,8 mil pessoas – beneficiadas. Outro foco do programa é a garantia de condições para o servidor público adquirir a casa própria, sendo o maior programa habitacional em benefício do servidor público do Maranhão.

- Será aberta, oficialmente, nesta quarta-feira (20), às 9h, no hall do Fórum Des. Sarney Costa, a “I Semana Estadual de Valorização da Mulher”, organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA). No momento, será apresentado o muro de bonecas - uma representação da diversidade da mulher no mundo - doadas por diversas pessoas e que serão entregues a instituições sociais após o evento.

- Durante a semana – que se estenderá até o dia 27 de julho –, será realizado mutirão de julgamentos em São Luís e em mais 37 comarcas do Estado, além de atividades como seminários, exposição artística, caminhada, cinema e panfletagem nos principais shoppings de São Luís. O evento tem como foco principal a necessidade de valorização da mulher e o combate à cultura do estupro, que banaliza a violência sexual e imputa à vítima a responsabilidade total ou parcial pelo crime.

Maracaçumé

Problemas com a internet prejudicam serviços na Comarca

Desde a tarde desta segunda-feira (18), a Comarca de Maracaçumé encontra-se com alguns serviços prejudicados em função de problema com a internet. De acordo com informações da Secretaria Judicial da unidade, distribuição e movimentação de processos e outros serviços encontram-se prejudicados, a exemplo da emissão de certidões, serviço cuja demanda tem aumentado, devido ao período eleitoral.

Ainda segundo a Secretaria Judicial, técnicos da operadora OI, provedora de internet na Comarca, estão no Fórum da unidade tentando resolver o problema, mas até agora não obtiveram êxito. Maracaçumé é comarca de entrância inicial e vara única distante da capital 464 km (por terra) e 213 km (via Ferry-boat).

Inscrições para projetos sociais seguem até o dia 31 em Cedral

As inscrições para a seleção de projetos sociais seguem até o dia 31 de julho na Comarca de Cedral. De acordo com o edital assinado pela juíza titular Michelle Amorim as instituições e os respectivos projetos selecionados receberão recursos financeiros arrecadados através de transações penais, prestação pecuniária, e suspensão condicional do processo ou da pena. Estão aptas a participar da seleção as entidades sociais públicas ou privadas que sejam sediadas nas cidades de Cedral ou Porto Rico. Essas entidades devem estar constituídas há pelo menos um ano. “A entidade interessada em participar do certame deve ser dirigida por pessoa que não tenha sido condenada pela prática de improbidade administrativa ou

por crime praticado contra a administração pública. Deve ser apresentado, no ato da inscrição, a cópia do projeto, que deve desenvolver atividades de caráter educativo (escolar ou esportivo) de crianças, adolescentes ou idosos”, destaca o edital. Segundo o documento, é necessária a apresentação de certidões negativas da entidade, cíveis e criminais, emitidas pelos órgãos da Justiça Estadual e da Justiça Federal da Comarca de Cedral, bem como certidões de quitação de tributos federais, estaduais e municipais da entidade e dos dirigentes. As inscrições seguem até o dia 31 de julho e podem ser feitas na secretaria do Fórum de Cedral. Caso não haja candidato apto, que preencha todos os requisitos constantes no

edital, caberá à juíza decidir sobre o destino das verbas arrecadadas na unidade judicial.

RESOLUÇÃO

Sobre a regulamentação da aplicação de recursos oriundos da Justiça existe as Resoluções 101/2009 e 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça, e o Provimento 10/2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. Versa o provimento da CGJ que para celebrar o convênio com a unidade judicial, o magistrado deverá publicar, no mínimo anualmente, edital convidando as entidades públicas ou privadas para participarem do processo de seleção dos projetos a serem beneficiados com os recursos arrecadados com as prestações pecuniárias.

Decisão da Justiça garante ao Governo do Estado a retomada do Parque da Expoema

..... PÁG. 3 [C1]

Decisão da Justiça garante ao Governo do Estado a retomada do Parque da Expoema

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu em favor do Estado sobre a destinação do Parque Independência. O local será utilizado pelo governo para construção de habitações do Programa 'Minha Casa, Meu Maranhão'. Em março, o governo já havia notificado a Associação dos Criadores do Maranhão (Ascem) para desocupar o local, mas a Ascem tentou permanecer na área com ação junto ao Tribunal de Justiça. Nesta terça-feira, o TJMA negou o pedido. O Parque Independência é uma propriedade de domínio do Governo do Estado e foi cedido para a Ascem há alguns anos. A Procuradoria Geral do Estado (PGE) informou, no entanto,

que detectou no contrato vícios e irregularidades, manifestando à Justiça a intenção do Governo do Estado em retomar a área para usar com finalidades de interesse público. Ao analisar a questão, o desembargador Guerreiro Júnior considerou pertinentes as motivações do Estado e negou o pedido da Ascem. O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, disse que, para evitar transtornos à Ascem, o Governo chegou a notificar a entidade, em março, com prazo de 30 dias, para desocupação. "A associação nunca apresentou nenhuma resposta à notificação; até que fomos surpreendidos com um mandado de segurança alegando que o governador estaria violando o direito da entidade

de permanecer no local. O desembargador deu oportunidade para a Procuradoria se manifestar e nós fizemos a contestação alegando que o contrato é precário e que havia vícios. Hoje o desembargador acolheu nossos argumentos", explicou Rodrigo Maia. O procurador-geral explicou que ainda que o Governo do Estado reconheça a importância da Ascem e que o Parque Independência abrigue, uma vez ao ano, um evento de impacto como a Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), a área deverá ser melhor aproveitada ao garantir moradia digna a mais de duas mil famílias maranhense. "Mais uma vez estamos retomando um espaço público, de domínio do Estado, que vai ser utilizado para finalidades que atendam com mais ênfase e amplitude os interesses públicos. Nada contra a Associação, mas era um espaço que ficava praticamente ocioso o ano todo, usado uma vez por ano no período de alguns dias, que o Estado agora dará uma finalidade mais condizente", informou Rodrigo Maia.

MINHA CASA, MEU MARANHÃO

O Governo do Maranhão já lançou, no início do mês de julho, o edital de Chamamento Público nº 01/2016 para pré-qualificação de empresas do ramo de construção civil que deverão apresentar proposta para construção de 2.048 unidades habitacionais para servidores públicos do Estado, no Parque Independência. O edital prevê a construção de oito condomínios independentes com 256 moradias cada um, sendo cinco condomínios com apartamentos de 51m² e três condomínios com apartamentos de 65m². O programa 'Minha Casa, Meu Maranhão' é um plano de habitação com foco nas áreas rurais dos municípios do interior do estado e já contempla dez cidades. No total, são mil famílias – aproximadamente 3,8 mil pessoas – beneficiadas. Outro foco do programa é a garantia de condições para o servidor público adquirir a casa própria, sendo o maior programa habitacional em benefício do servidor público do Maranhão.

“A associação nunca apresentou nenhuma resposta à notificação; até que fomos surpreendidos com um mandado de segurança alegando que o governador estaria violando o direito da entidade de permanecer no local. O desembargador deu oportunidade para a Procuradoria se manifestar e nós fizemos a contestação alegando que o contrato é precário e que havia vícios. Hoje o desembargador acolheu nossos argumentos”
(Rodrigo Maia, procurador-geral do Estado)

Chiquinho Escórcio nega ajuda a ex-prefeita de Açailândia em processo

O ex-deputado federal Chiquinho Escórcio (PMDB) negou que venha ajudando a ex-prefeita de Açailândia Gleide Santos (PMDB) num processo judicial para que a peemedebista reassuma a prefeitura.

Em entrevista à imprensa de Açailândia, Escórcio negou qualquer articulação em favor de Gleide Santos e atribuiu à ex-prefeita e aos seus aliados a divulgação do boato.

A versão difundida no município era de que a peemedebista reassumiria a prefeitura no lugar do atual prefeito Juscelino Oliveira (PCdoB) num prazo de 30 dias, e que o ex-deputado Chiquinho Escórcio articulava com desembargadores do Tribunal de Justiça o retorno de Gleide Santos ao cargo. O desmentido feito por Chiquinho Escórcio ocorreu após uma conversa com o ex-deputado estadual Sérgio Vieira, em Brasília, na semana passada. Segundo Vieira o peemedebista disse que não se envolveu e que não teria motivos para se envolver com o assunto.

De acordo com Sérgio Vieira, Escórcio teria afirmado que, “jamais faria uma coisa dessas em favor da Gleide Santos”. “A ajuda que ela me deu na campanha passada foi botar pessoas inexpressivas pra me apoiar. Na verdade, não houve empenho nem tampouco interesse por parte dela para que eu fosse eleito deputado federal”, contou o ex-deputado.

Chiquinho Escórcio disse à imprensa de Açailândia, que o prefeito Juscelino Oliveira pode continuar trabalhando por Açailândia. “Ele pode ficar tranquilo e terminar seu mandato. Eu jamais irei atrapalhar uma cidade que sempre me acolheu, em favor de pessoas que não merecem”, declarou o peemedebista.

Presidente do TRT/MA visita o Tribunal de Justiça

Divulgação



O desembargador federal James Magno, atual presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT/MA), visitou, ontem (19), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha.

No encontro – que contou com a presença do desembargador Ricardo Duailibe – os magistrados conversaram sobre os atos de gestão e as dificuldades enfrentadas na administração dos dois tribunais, como medidas de segurança institucional e o corte orçamentário de custeio que

atingiu o TRT/MA, sendo revisto posteriormente.

Na ocasião, o desembargador Cleones Cunha falou ao presidente do TRT sobre as medidas de economia que estão sendo implementadas, no âmbito da Justiça estadual, para conter gastos, a exemplo da redução no uso de combustível, papel e energia. Uma dessas medidas já resultou, inclusive, na diminuição de 61% do valor das contas de telefone. Ao final da reunião, os desembargadores manifestaram o apoio recíproco entre os tribunais durante suas gestões.

Regularização fundiária

A iniciativa da Justiça, Diocese de Caxias e Prefeitura no processo de regularização fundiária em Caxias, no lado esquerdo do rio Itapecuru, pode dar fim a um longo tempo de injustiças praticadas contra os que ocupam esses imóveis há anos, décadas a perder de vista...

Os litígios

...Os litígios provocados pela ausência de um documento legal que comprove a posse dos imóveis aos que efetivamente têm direito fazem parte de uma das piores memórias da Princesa do Sertão...

Peso sociológico

...Como registrado na coluna de domingo passado, o peso sociológico embutido na questão vem sendo negligenciado por décadas, e mesmo há séculos, o que resultou em explorações absurdas e continuadas dos moradores das áreas...

O anúncio

...Durante o anúncio de que a regularização fundiária finalmente sairia do papel das promessas, estiveram presentes, na sexta-feira passada, em Caxias, o presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Cunha e outros representantes do judiciário maranhense, Igreja Católica, Prefeitura, 1º Ofício Extrajudicial de Caxias e moradores ansiosos para receber o título de propriedade desses imóveis.